HISTÓRIA: ATIVIDADE CONSTITUTIVA

HISTORY: CONSTITUTIVE ACTIVITY

Denise Miotto Mazocco[1]

RESUMO: Este trabalho objetiva relacionar a escrita da História à concepção de linguagem como atividade constitutiva proposta por Franchi (1992). Para tanto, primeiramente discute-se sobre a produção do conhecimento histórico e sobre a proposta desse autor. Em um segundo momento, com base em Ilari (2011), são analisados trechos de textos de História que sugerem a possibilidade de considerar a História como atividade constitutiva.
Palavras-chave: história; linguagem; atividade constitutiva.
ABSTRACT: The aim of this work is to relate the writing of History to the conception of language as a constitutive activity proposed by Franchi (1992). Firstly, we discuss the production of historical knowledge and the proposal of this author. After that, based on the text of Ilari (2011), we analyze parts of History's texts that suggest the possibility of considerering History as a constitutive activity.
Keywords: history; language; constitutive activity.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi motivado por discussões sobre relativismo linguístico[2] e relativismo do conhecimento histórico. De modo geral, conforme Gonçalves (2008), as concepções relativistas por um lado estão relacionadas às ciências sociais, dado o trabalho com a interpretação de diferentes culturas e modo de organização, e por

[1] Mestranda em Letras, Estudos Linguísticos, UFPR.

[2] Como relativismo linguístico, entende-se, segundo Gonçalves (2008), a concepção de que a língua influencia a forma como cada falante concebe a realidade. Nesse sentido, a visão de mundo dos povos varia, conforme as línguas faladas. Nessa discussão está a ideia de que a realidade não é dada de modo objetivo, é, pois, submetida ao filtro da percepção e pode ser categorizada e construída pela linguagem. Não é objetivo deste trabalho expandir essa discussão. No entanto, uma das possibilidades seria investigar a relação entre língua e percepção do tempo.

outro à filosofia da ciência no que se refere à relação entre teorias diferentes e entre determinada teoria e realidades diferentes.

Nesse contexto, surgem defensores de um relativismo do conhecimento histórico, que negam a possibilidade de uma verdade histórica objetiva. Neste artigo, parto dessa discussão com o intuito de observar em que medida é possível considerar este relativismo. Uma das concepções radicais nesse sentido é a de História como uma mera construção humana, um discurso construído a serviço do poder e sem possibilidade de verdade. Contesto essa ideia, ao relacionar a escrita da história com a concepção de linguagem como atividade constitutiva (FRANCHI, 1992). Ao considerar a História, assim como a linguagem, como uma atividade constitutiva, ou ao conceber a linguagem da escrita da história como uma atividade constitutiva, chego à possibilidade de conceber o conhecimento histórico como algo que é constituído pela realidade em que se insere o historiador e que, ao mesmo tempo, a constitui. Nesse sentido, é possível entender a verdade histórica não como puramente objetiva ou subjetiva, mas como constitutiva.

Para tanto, apresento um debate sobre a escrita da História (item 1) e analiso trechos de textos de historiadores (item 2.1), com base na explicação de Ilari (2011) sobre a concepção de linguagem de Franchi (1992), apresentada no item 2. Entretanto, para que a tese, já exposta no título, não aparente ser uma ousadia, vou relativizá-la e questioná-la: é possível conceber a escrita da história como uma atividade constitutiva, assim como Franchi (1992) concebe a linguagem? Ou então: que evidências a escrita da História fornece para que se compreenda a linguagem como atividade constitutiva?

1. A ESCRITA DA HISTÓRIA

Na História, o relativismo provoca discussões a respeito da verdade histórica e da objetividade do trabalho do historiador. A fim de observar o que é relativo, ou se há algo relativo no conhecimento histórico, aqui comento um pouco sobre a escrita da História.

Hoje, conforme Reis (2006), pode-se conceber a História como o conhecimento cientificamente conduzido do passado humano. Esse conhecimento é, assim, problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado[3]. Esse trabalho envolve a crítica das fontes e a análise, interpretação e escolha delas sob uma perspectiva teórica. A teoria, conforme Koselleck (2006), estabelece as condições para a história possível e determina as premissas para a interpretação das fontes, sob um viés econômico, político, cultural, por exemplo. Já as fontes, segundo Shaff (1978), são o ponto de partida do historiador para a construção dos fatos. Os fatos são construídos a partir da seleção de materiais disponíveis em função de um determinado critério de valor que os articula conferindo a forma de conhecimento histórico. O fato torna-se um produto de uma abstração, um fragmento da realidade histórica, e o conjunto desses fragmentos compõe o processo histórico em sua totalidade.

Voltando às fontes, Koselleck (2006) destaca que elas são também um limite para o historiador, ao delimitarem o que não pode ser dito. Ao trabalhar com as fontes, o historiador se movimenta em dois planos:

> Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o

[3] No entanto, já houve várias concepções de história, desde Heródoto, o qual acreditava que era possível falar com verdade dos elementos humanos, temporais; passando pelos séculos V-IV a.C., em que a história se opôs ao mito, à lenda e à especulação filosófica; após foi legitimadora do poder, ao oferecer-lhe uma origem, tradição como garantia de continuidade; no século XVIII, aproximou-se da filosofia, no XIX das ciências naturais; no final do XIX e início do XX pretendeu-se tornar uma ciência social; até que, no final do século XX, a história voltou a se aproximar da literatura, da psicanálise, da antropologia e da filosofia.

> historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada. (KOSELLECK, 2006, p.305).

O trabalho de crítica, análise, interpretação e seleção das fontes, bem como a filiação do historiador a determinada teoria, constituem a deixa para as críticas relativistas ao conhecimento histórico. A questão comum a filósofos e historiadores que defendem as posições relativistas é a impossibilidade de se chegar à verdade histórica. Reis (2006, p. 150-151) destaca as justificativas principais: (i) a história é uma construção do sujeito, que reconstrói o passado e lhe atribui um sentido, influenciado pelas suas crenças, convicções, ideias e personalidade; (ii) o conhecimento histórico está ligado à época de sua produção; uma vez que essa época sempre muda, muda a forma de interpretar o passado; (iii) o conhecimento histórico não descobre leis, não produz explicações causais e não faz previsões; e (iv) trata-se de um conhecimento indireto do passado, baseado em vestígios e testemunhos.

De modo mais radical, Jenkins (2005, p.57) afirma que a verdade sempre foi criada, nunca descoberta; depende diretamente do poder, instância capaz de torná-la verdadeira ou não. É o poder que determina que enunciados são verdadeiros ou falsos e direciona a sua produção. Jenkins (2005) considera a história um discurso, no qual a "verdade" inicia e regula interpretações. A verdade é uma "ficção útil" que está no discurso por causa do poder, que a utiliza para exercer o controle.

Pode-se contrapor as ideias de Jenkins (2005), que são mais recentes, às de historiadores na segunda metade do século XX que discutiram essa questão, a fim de legitimar o trabalho do historiador. Schaff (1978), por exemplo, não desvincula a subjetividade do conhecimento histórico, mas propõe a existência de verdades objetivas relativas no trabalho do historiador. Segundo o autor, o sujeito desempenha papel ativo no conhecimento histórico, cuja objetividade sempre contém um pouco de subjetividade, logo não há conhecimento sem sujeito que conhece. Schaff (1978) considera que a verdade alcançada no conhecimento histórico é uma verdade objetiva

relativa, que consiste na consideração de que a verdade parcial produz um saber absoluto do objeto. Assim, verdade histórica, mesmo relativa, é uma verdade objetiva, na medida em que reflete a realidade objetiva.

Marrou (1978), por sua vez, destaca que há uma verdade histórica, a qual não se constitui de objetivismo puro nem de subjetivismo radical; é, ao mesmo tempo, apreensão do objeto e ação do sujeito do conhecimento. Essa verdade é estabelecida entre dois planos da realidade: a do passado e a do presente do historiador. O fato de haver subjetividade no conhecimento histórico não impede uma apreensão autêntica do passado. A história, explica Marrou (1978), possui uma verdade dupla, a verdade sobre o passado e a de testemunho do historiador. É a constituição de uma relação inevitável entre sujeito e objeto, conhecimento do passado por um pensamento humano vivo.

A verdade da história está em função da filosofia do historiador, da qual ele tira os conceitos fundamentais, as questões sobre o passado, os modelos de explicação. Dessa forma, o historiador conhece do passado aquilo que é capaz de compreender. Essa compreensão depende da riqueza humana do historiador, quanto mais culto, experiente for, mas suscetível de verdade estará seu conhecimento (MARROU, 1978, p.190). Dessa forma, também constitui uma experiência cumulativa.

Para Marrou (1978), portanto, a história possui uma verdade que pode ser considerada autêntica, mesmo sendo relativa aos meios de pensamento que a elaboraram. A verdade é parcial: sabem-se coisas sobre o passado, mas não tudo sobre ele.

Constata-se, com Marrou e Schaff, que os limites da verdade histórica estão na própria condição humana: dado que o conhecimento histórico é produzido por seres humanos, não há como eliminar a subjetividade. Cabe ao historiador ter essa consciência e afirmar sua posição, o que, de certa forma, confere objetividade ao seu

trabalho em busca de um conhecimento verdadeiro. Em outras palavras, o limite do relativismo é o próprio trabalho do historiador.

Para Koselleck[4] (2006), o conhecimento histórico é relativo à teoria da qual parte o historiador para a realização da crítica das fontes. O historiador, como parte da humanidade, tem um ponto de vista condicionado às circunstâncias do seu presente, do qual se vale para a interpretação e análise das fontes. Assim, segundo o autor, diante da totalidade do mundo histórico, o historiador é capaz de ele mesmo objetivar a história.

Além disso, outra explicação proposta por Koselleck é a compreensão do tempo histórico sob os meta-conceitos 'espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa'. De acordo com Reis (2009), Koselleck busca compreender como, em cada presente, relacionam-se as dimensões temporais do passado e do futuro. Ao explicar esses conceitos, Reis (2009) afirma que Koselleck considera um "ser" do tempo histórico, que determina a diferença entre passado e futuro, entre "campo de experiência" e "horizonte de espera", em determinado presente, em que se apreende algo que seria o "tempo histórico". A experiência é definida como o passado atual, em que os eventos foram integrados e podem ser retomados por uma elaboração racional e por comportamentos inconscientes. A espera é considerada o futuro atualizado no presente, o qual tende ao que não é ainda, ao que não está no âmbito da experiência.

Para Koselleck (2006), portanto, a história se constitui das relações diferentes entre presentes diversos com suas experiências retidas e esperas renovadas, logo o

[4] Segundo Koselleck (2006, p.197): "O método histórico tem uma racionalidade própria. A autenticidade de certidões, a datação de documentos, números referentes a estatísticas, diferentes versões e variantes de um texto, sua origem ou providência tudo isso pode ser determinado com uma exatidão semelhante àquela das ciências naturais, de modo que os resultados sejam universalmente comunicáveis e controláveis, independente da localização e do ponto de vista do historiador. Esse cânone de exatidão metodológica, aperfeiçoado ao longo dos séculos, garante um antídoto segundo contra afirmações aleatórias que alardeiam uma segurança que decorre apenas de uma certeza auto-infundida."

conhecimento histórico é passível de mudança, dado que está condicionado ao campo expectativa e ao horizonte de espera de cada presente[5].

Por fim, Reis (2006), ao tentar conciliar as posições relativistas, afirma que "Conhecer a verdade de um tema histórico é reunir e juntar todas as interpretações do passado e do presente sobre ele" (REIS, 2006, p.175).

Em suma, do que foi visto até agora, destaco alguns pontos, com os quais pretendo descartar um relativismo radical a ponto de negar o conhecimento histórico, e, ao mesmo tempo, não defender uma verdade histórica absoluta e nem cair na arcaica definição da história como o "contar exatamente o que ocorreu no passado":

(i) a partir das fontes, o historiador analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios;

(ii) uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho, mas a fonte a cerceia;

(iii) o sujeito desempenha papel ativo no conhecimento histórico;

(iv) a história possui uma verdade dupla (não é constituída nem por objetivismo puro nem por subjetivismo radical), a verdade sobre o passado e a de testemunho do historiador. É a constituição de uma relação inevitável entre sujeito e objeto, conhecimento do passado por um pensamento humano vivo;

(v) A história se deixa apropriar de maneira crítica, por meio de um ato de compreensão, o que conduz à formulação de declarações verdadeiras sobre ela.

2. LINGUAGEM: ATIVIDADE CONSTITUTIVA[6]

---

[5] Assim, "Novas experiências se agregam, antigas são ultrapassadas, novas expectativas se abrem. Logo colocam-se novas questões em relação ao passado, que nos levam a pensar a história, a observá-la sob outros olhos, a demandar novas investigações" (KOSELLECK, 2006, p.161).

[6] Gonçalves (2008, p. 206) aproxima essa concepção do que chamou de aspecto criativo da linguagem. "A definição de criatividade de Franchi é a que mais se aproxima da nossa proposta de

A linguagem, para Franchi (1992), não se reduz à condição de ferramenta social, de instrumento de comunicação, nem a um mero sistema de representação formal, é sim um processo criador por meio do qual a experiência é organizada e informada. Conforme o autor,

> A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que 'dá forma' ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do 'vivido', que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como sistema de referências em que aquele se torna significativo. (FRANCHI, 1992, p.31).

Nesse sentido, compreender a linguagem como atividade constitutiva é também considerá-la como um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Para tanto, a linguagem não segue necessariamente um mesmo sistema de coordenadas, o mesmo referencial, ao contrário, pode ultrapassar o sistema factual de referências ao expandir os esquemas que constrói a universos possíveis, imagináveis. A partir da expansão de uma base inicial, de um sistema referencial, modifica-se, no interior da linguagem, o universo do discurso e constitui-se a multiplicidade dos sistemas de referência em que a linguagem se torna significativa.

Ilari (2011), ao explicar essa concepção de linguagem, considera que os sistemas de referências — por meio dos quais indivíduos interagem com o mundo — envolvem interesses, crenças, imagens de poder e demais aspectos de experiências passadas. São, em princípio, consensuais, do mesmo modo que os significados linguísticos. Segundo o autor, as línguas consolidam e confirmam, a princípio, esses sistemas de

---

aspecto criativo nesta tese: a capacidade de adaptação da linguagem às necessidades do indivíduo na sua eterna atividade de constituição de si, do mundo e da própria língua através da linguagem é o que impede o determinismo, como vemos em Schaff, Steiner e Franchi, mas é o que permite que línguas diferentes sejam reflexos de realidades significativamente diferentes, motivadas por características sociais e culturais diferentes; línguas que, por sua vez, quando os indivíduos começarem a utilizar para fins de inserção de si mesmos no mundo social, encontrarão já prontas, definidas, terminadas, mas também em eterna transformação, sujeitas aos impulsos individuais e às

referências, mas também podem modificá-los. Essas modificações são realizadas por meio de operações linguísticas, tais como alterações de significados e associações, representação de objetos de certo tipo sob as espécies de outro tipo de objetos. Para Ilari (2011, p.180), portanto, "A atividade linguística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade".

Um exemplo desse processo, segundo o autor, é quando a forma de uma palavra permanece, mas o conceito se altera e, com isso, os critérios da aplicação desta palavra também são alterados. É o caso do conceito de sífilis, que recebeu, ao longo do tempo, explicações pouco coerentes aos olhos de hoje. Algumas dessas explicações – entre as quais se incluía o "mau sangue" – formaram o contexto para testes para a definição da doença. Este exemplo ilustra o papel da linguagem na criação de um "fato científico".

Outro exemplo consiste no que Ilari (2011) chamou de criação de objetos não convencionais, ou seja, objetos que não são dados no mundo objetivo. O autor parte do ponto de vista de que há mecanismos na língua cuja função é a "construção" linguística de objetos: nomes próprios, descrições definidas e pronomes dêiticos. O nome próprio Caruso, por exemplo, remete a um indivíduo de um sistema de referências corrente. A este mesmo referente, porém, é possível atribuir características com qualificações como Caruso homem e Caruso cantor. São semi-referências que poderiam se remeter ao mesmo objeto no mundo, mas permitem separar dois indivíduos Caruso, conforme as sentenças (ILARI, 2011, p. 177): "O Caruso cantor cobra por seus recitais, beneficentes ou não. O Caruso homem contribui generosamente para as causas nobres." Nesse caso, um sistema de referências foi modificado. Ilari explica que isso é possível "porque duas operações linguísticas independentemente suficientes para construir referentes de discurso — o uso do nome próprio e o uso de uma descrição

---

novas necessidades sociais e culturais, que fecham o círculo de influência indivíduo-língua-indivíduo, já atestado em Humboldt, mas proposto com maior clareza em Franchi."

definida — continuam disponíveis e são aplicadas cumulativamente". (ILARI, 2011, p. 177).

O último exemplo exposto por Ilari (2011) consiste no uso da metáfora, explicada como uma operação cognitiva que permite a utilização de novas formas para se referir a determinado elemento já conhecido; nesse processo ganha-se um novo ponto de vista sobre este elemento, que realça alguns aspectos e obscurece outros.

Esses exemplos auxiliam na compreensão da linguagem como atividade constitutiva. Na seção seguinte, utilizo-os como base para observar trechos de textos de História. Procuro refletir sobre o papel da linguagem na constituição do tempo histórico e as alterações da representação do tempo histórico na própria linguagem — afinal, a linguagem é um meio de intervenção e de dialética entre o homem e o mundo[7].

2.1 EXEMPLOS DA CONSTITUIÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Ao apresentar a concepção de linguagem com atividade constitutiva, minha intenção é discutir como o conhecimento histórico é constituído na/pela linguagem e como, por outro lado, esse conhecimento pode alterar de alguma forma elementos da linguagem. Para tanto, trago três exemplos que envolvem o uso de conceitos e de nomes próprios pelos historiadores:

1) O uso do termo Cruzadas. Segundo Franco Jr. (1984), a palavra Cruzada não era conhecida no momento histórico para o qual os historiadores a empregam. As fontes geralmente falam de peregrinação, guerra santa e expedição da Cruz. O termo apareceu em meados do século XIII e estava relacionado ao fato de os participantes se

[7] Conforme Franchi (1992, p.26): "A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo".

considerarem soldados de Cristo e bordarem uma cruz na roupa. À medida que historiadores passam a utilizá-lo para se referir a um determinado acontecimento/processo datado, Cruzadas se torna um nome de um fato científico. No entanto, isso não exclui a possibilidade de variação de seu significado, por exemplo, nos trechos (1) e (2), retirados de obras de historiadores, nota-se que as Cruzadas ganharam definições diferentes, movimento e guerra, respectivamente:

> (1) As Cruzadas foram um movimento gerado no Ocidente que resultou num longo enfrentamento militar desenrolado nos limites da Cristandade, especialmente nas regiões da Síria e Palestina, entre os séculos XI e XIII, e na Península Ibérica, entre os séculos VIII e XV. (FERNANDES, 2008, p.99).

> (2) Tal como o movimento pela renovação espiritual ligado aos reformadores de Cluny, as Cruzadas — guerras para reconquistar a Terra Santa aos muçulmanos — foram um extravasamento do zelo (...) (PERRY, 2002. p. 176).

São três modos, portanto, de constituir um acontecimento histórico, a partir da mesma forma (Cruzadas). Esse termo, porém, não ganhou outros significados somente pelo uso de historiadores; registros contemporâneos indicam uma expansão do significado de cruzadas, o que se pode considerar até metafórico. Em (3) e (4), por exemplo, Cruzada é usada, por jornalistas, para se referir a situações contemporâneas, para dar ênfase a um conflito ou a qualquer empreendimento. O significado que se mantém do termo usado pelos historiadores é relação conflituosa entre Ocidente e Oriente[8]:

> (3) (...) o coronel líbio Muammar Gaddafi insistiu que resistirá "à cruzada da Otan contra o país muçulmano". (Folha de S. Paulo, 23/06/2011).

> (4) Embora parte da esquerda, como sempre, possa ter se encantado com sua figura quixotesca e sua cruzada antiamericana, o capo do terrorismo islâmico global era um niilista reacionário (...). (Folha de S. Paulo, 02/05/2011).

[8] Alguns historiadores contestam esse uso. Franco Jr., por sua vez, justifica-o pela presença da ideia de cruzada na psicologia coletiva: "Ainda hoje, quando se quer dar força a um empreendimento,

2) O termo Revolução. Trata-se de outro exemplo de manutenção da forma de uma palavra e alteração do seu conceito. Esse termo, por historiadores, é usado para nomear vários movimentos, como Revolução Industrial, Revolução dos Cravos, Revolução Russa, Revolução Agrícola. Nota-se que algumas revoluções constituíram conflitos armados, outras não, algumas duraram anos, outras meses, algumas foram localizadas em determinados países, outras se estenderam a vários territórios. Mas o que todas têm em comum para serem compreendidas sob um mesmo conceito? O significado de processo de mudança estrutural, não só de estruturas políticas e econômicas, como sociais também[9].

Esse significado só é atribuído à Revolução após o movimento que se denominou Revolução Francesa. Na Renascença, o termo aparece como referência ao lento, regular e cíclico movimento das estrelas. Já no século XVII, a palavra passa a ser usada como termo propriamente político, para indicar o retorno a um estado antecedente de coisas. Após isso, da mera restauração de uma ordem perturbada pelas autoridades, se passa à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova[10]. A definição que o termo Revolução ganha com a Revolução Francesa forma o contexto para a definição do conceito como categoria de análise histórica. Daí a nomeação de movimentos, por exemplo: Revolução Russa — que implica uma mudança pelo uso da violência – e Revolução Industrial — que sugere grande mudança técnica.

Para além do uso feito pelo historiador, revolução é empregada quando se quer enfatizar uma grande mudança. Nos exemplos (5) e (6), o termo perde valor científico, ou seja, não é empregado como uma categoria de análise:

> (5) Os livros originais com as peripécias de James Bond, escritos pelo escocês Ian Fleming (1908-1964) permaneceram tanto tempo fora de catálogo no Brasil que

rotula-se-o cruzada — seja ela contra o alcoolismo, a carestia, o fascismo ou o comunismo." (FRANCO JR., 1984, p. 83). No entanto, encontrar uma justificativa histórica não é o objetivo deste trabalho.

[9] SILVA, K. & SILVA, M. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010.

[10] PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de política.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

> fica fácil esquecer que, antes do sucesso no cinema, 007 foi uma revolução nas livrarias. (Folha de S. Paulo, 17/08/2013)
>
> (6) A invenção do dinheiro de plástico representou uma revolução na forma de comprar. (Folha de S. Paulo, 19/08/2013).

3) O nome Getúlio Vargas[11]. Com base na explicação de Ilari (2011), apresentada acima, sobre o nome Caruso, analiso o nome Getúlio Vargas. A este nome, pode-se observar que são atribuídas diferentes qualificações. Em (7) e (8), por exemplo, Getúlio Vargas é caracterizado como protetor dos trabalhadores e guia dos brasileiros, respectivamente. Essas são características que constam nas fontes analisadas pelos historiadores. Pelas fontes, o historiador está limitado a não definir Vargas como déspota esclarecido, por exemplo.

> (7) A política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. (FAUSTO, 2006, p.206)
>
> (8) (...) construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores (...) (FAUSTO, 2006, p.207).

Já em (9), há um exemplo de uma definição atribuída por um historiador. A diferença está no fato de que durante seu governo, em 1938, por exemplo, Vargas era chamado/considerado por segmentos da população como protetor dos trabalhadores, mas não como o homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945.

> (9) O homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945 foi Getúlio Vargas. (SKIDMORE, 1992. p. 26)

O que acontece aqui é que há expressões definidas que constituem semi-referentes, como protetor dos trabalhadores, guia dos brasileiros e o homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945, que poderiam se remeter ao mesmo referente,

[11] Vale notar que Getúlio Vargas, assim como Caruso, é o nome de um objeto concreto, enquanto Cruzadas e Revolução nomeiam eventos, ou um conjunto de eventos, após sua ocorrência.

mas podem separar indivíduos; no último caso, essa separação é temporal, homem que presidiu a era inteira de 1930 a 1945 se refere ao Getúlio Vargas (ou, para o lado historiográfico, a uma imagem de Getúlio Vargas) após 1945.

Por fim, vale destacar também que os nomes próprios passam a ter valor temporal e a compor expressões como durante o governo Vagas, na era Vargas[12].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das discussões sobre o conhecimento histórico e da concepção de linguagem apresentas aqui, destaco duas considerações.

Primeiro, os exemplos apresentados na seção 4, ainda que analisados brevemente, constituem uma forma de visualizar a linguagem como atividade constitutiva. A dialética entre linguagem e conhecimento histórico ocorre, aqui, da seguinte forma: por um lado, o historiador se vale de termos de fontes, de obras históricas anteriores ou de modelos teóricos para escrever/constituir um fato/processo histórico. Esses termos são incorporados na linguagem, tanto que seus usos ultrapassam as obras históricas — como é o caso de "cruzadas" e "revolução", por exemplo; por outro lado, o historiador atribui características, valores, a determinados nomes, como é o caso de Getúlio Vargas (exemplo (09)), os quais ganham outros usos, tais como para expressar tempo.

A outra é a possibilidade de considerar o conhecimento histórico como algo que é constituído pela realidade em que se insere o historiador e que, ao mesmo tempo, a constitui. Isso ocorre quando um fato ou processo histórico é construído pelo historiador a partir de fontes, ou a partir de novas fontes que servem para reconfigurar um fato anteriormente construído por outro historiador (por exemplo, os

[12] São expressões denotadoras de intervalos, conforme Móia (2003)

trechos (1) e (2)), bem como quando o historiador problematiza o conhecimento histórico a partir de novas questões.

A possibilidade de os historiadores reconfigurarem os fatos e processos históricos decorre da subjetividade inevitável (destacada no item 1.1), da concepção de que há uma verdade dupla, sobre o passado e a de testemunho sobre o historiador, e das novas questões que surgem conforme altera-se o presente do historiador.

Certamente, chegar à conclusão de que a História é de fato uma atividade constitutiva, assim como a linguagem, demandaria um estudo mais aprofundado. O que busquei aqui foram evidências de que essa conclusão é possível. Mas o que é mais importante destacar é que a História, ou a verdade do conhecimento histórico, não é uma simples construção humana — como os defensores de teses relativistas mais radicais acreditam —, é, antes de tudo, uma reconfiguração, que influencia e é influenciada pelo presente do historiador.

REFERÊNCIAS

FRANCHI, Carlos. *Linguagem - atividade constitutiva*. In: Cadernos de estudos linguísticos, IEL - UNICAMP, n. 22, p. 9-40, 1992.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. *Perpétua Prisão Órfica ou Ênio tinha três corações: o relativismo linguístico e o aspecto criativo da linguagem*. Tese de Doutorado, UFPR. Curitiba, 2008.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

FERNANDES, F. R. *Cruzadas na Idade Média*. In: MAGNOLI, D. (Org.) História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCO JUNIOR, Hilario. *As cruzadas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ILARI, Rodolfo. *Linguagem – atividade constitutiva: ideias e leituras de um aprendiz*. In: FIORIN, J.L. e FRANCHI, E. (Orgs.). Linguagem atividade constitutiva: teoria e poesia. São Paulo: editora Parábola, 2011.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MARROU, Henri-Irenee. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÓIA, Telmo. *Subdomínios de Significação Associados ao Tempo - Uma Panorâmica Geral.* In: Ivo Castro e Inês Duarte (org.), Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus, Vol. II, Lisboa: INCM, 2003, pp. 95-127.

PASQUINO, Gianfranco. *Revolução*. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: M. Fontes, 2002.

REIS, Jose Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ªed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, K. & SILVA, M. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.